



No TSE será resolvida a questão da elegibilidade de Joaquim Roriz

TSE já faz estudo informal sobre o caso

A.C. SCARTEZINI

Há pouco tempo, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral aproveitaram momento de folga numa de suas reuniões para conversar, informalmente, sobre a possível candidatura de Joaquim Roriz ao governo de Brasília, mas logo mudaram de assunto porque era visível a falta de consenso entre eles, naquele instante, a respeito da permissão legal para que ele pudesse ser candidato à volta ao cargo.

Esse tipo de consulta informal é comum entre os ministros do TSE, que costumam ouvir os colegas a respeito de determinados casos que possam chegar até o julgamento formal do Tribunal. Se eles encontram consenso numa determinada direção, preparam-se nesse sentido para eventual julgamento do caso.

Assim será o eventual julgamento da candidatura do ministro Joaquim Roriz. Somente no momento em que ele deixar o Ministério da Agricultura para

ser candidato é que os membros do TSE devem começar a preparar-se para eventualmente julgar a sua candidatura, partindo do princípio de que terão em mãos uma situação complicada.

O PROCESSO

Ainda ontem, ministros do TSE dividiam-se quanto à candidatura de Roriz e diziam que preferiam estar diante do fato consumado o anúncio de ex-governador de que será candidato à volta ao cargo, para começar um processo de decisão para caso de a questão chegar ao Tribunal.

Observa-se que a tendência de cada um é a de fazer sua reflexão pessoal e examinar o caso sob seus vários ângulos para ter início de um veredito individual. Depois, cada um começa a trocar idéias com um ou outro colega para tentar ampliar o círculo de consenso de um grupo, até chegar ao conjunto de todos os ministros.

Nesse nível do conjunto, considerando a complicação que envolve a candidatura de Roriz, os ministros podem tentar informalmente o consenso que facilite o virtual julgamento. Mas não devem insistir no consenso. Se este for difícil, podem os membros do TSE partir para o confronto interno das posições, colocando o caso em votação de fato.

Enquanto não se debruçam, individualmente sobre o caso, os ministros mostram-se, como todas as pessoas, sujeitos à influência das informações da imprensa a respeito do caso Joaquim Roriz.

Assim, era visível ontem a presença, entre ministros do TSE, de pelo menos dois rumos para o começo da apreciação individual do caso. Uma tendência era a de considerar o caso pelo aspecto da inelegibilidade de Joaquim Roriz como governador da cidade. A outra era pela tendência da reelegibilidade, a possibilidade de voltar

ao cargo que já ocupou.

Visivelmente, o ângulo da inelegibilidade baseou-se na imprensa, que, nos últimos dias, vinculou a elegibilidade de Roriz ao projeto sobre desincompatibilização de candidatos que correu pelo Congresso Nacional. Era como se a candidatura dependesse de o projeto ser aprovado e sancionado como lei com dispositivo que autorizava sua candidatura porque, da outra vez, passou pelo Buriti sem ser eleito, mas nomeado.

No outro ângulo, considerava-se que a candidatura depende é da Constituição, que proíbe a reeleição de um governador. Era o caso, então, de considerar se Roriz foi um governador que se enquadrasse no modelo constitucional que impede a reeleição. Mas houve eleição anterior para haver agora uma reeleição?

Essa é uma das dúvidas que os ministros pretendem deslindar apenas diante de um caso concreto em suas mãos.